



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

FABRÍCIA FERREIRA DA SILVA

**LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE
ESTRUTURAS MÓRFICAS**

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

FABRÍCIA FERREIRA DA SILVA

**LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE
ESTRUTURAS MÓRFICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura Plena em Letras da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Me. José Marcos Rosendo de
Souza

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586l Silva, Fabricia Ferreira da
Libras e língua portuguesa: um estudo comparativo de estruturas mórnicas [manuscrito] / Fabricia Ferreira da Silva. - 2016.
38 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2016.
"Orientação: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza, Departamento de Letras e humanidades".

1.Línguas naturais. 2.Língua portuguesa. 3.Libras. 4. Estruturas morfológicas. I. Título.

21. ed. CDD 419

FABRÍCIA FERREIRA DA SILVA

LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE ESTRUTURAS
MÓRFICAS

APROVADO EM: 23 DE MAIO DE 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ma. Marta Lúcia Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Espec. Eianny Cecília de Abrantes Pontes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a *Deus*, que me abençoou durante meus estudos concedendo-me conhecimento e capacidade para concluí-los, e que, nas horas difíceis e de angústia me ajudou a superar tudo. Obrigado Senhor por me suportar com amor, paciência, paz e entendimento nos momentos de aflição.

Ao meu querido pai *Francisco*, por todo apoio durante o período de estudo na universidade. Sem o seu apoio, não teria conseguido.

Agradeço em especial à minha muito amada, inspiradora, maravilhosa e exemplar mãe *Francinete*, pelo seu apoio em todos os sentidos, por tudo que me ensinou, e pelo amor com o qual me educou, por acreditar em meu potencial, pelos conselhos, por ser meu referencial de força, coragem, de não ter medo de lutar por nossos objetivos. Por ter me ensinado que aquilo que eu começo devo terminar. Obrigado mãe por tudo que a senhora concedeu em minha vida, nos momentos felizes que vivemos, por compartilhar sua alegria comigo durante o tempo que passamos juntas, e que apesar de você não estar mais fisicamente comigo, estes momentos serão eternos para mim. Muito obrigada por ter sido mais do que uma mãe em minha vida. Tenha certeza de que qualquer coisa que eu diga aqui não será suficiente para expressar toda minha gratidão, carinho e admiração que sinto por você. Te amo para sempre!

À minha irmã *Fabiola*, por me incentivar a concluir este trabalho no momento mais difícil de nossas vidas.

Ao meu excelente orientador *José Marcos Rosendo de Souza* que, com muita dedicação e paciência, me auxiliou nas reflexões e na escrita desse trabalho.

Às minhas amigas *Simone Fernandes* e *Simone Gomes*, pelo companheirismo, pelos incentivos, as ajudas concedidas e pela nossa amizade.

Meus agradecimentos a uma grande amiga *Jaciara*, que me ajudou muito, sem o teu auxílio não teria conseguido enviar este trabalho para meu orientador corrigir cada lauda escrita. Obrigada por me acolher em sua casa, e por você ser uma verdadeira amiga, que me amparou nos momentos de alegria e tristeza.

Finalmente, agradeço aos meus tios *Francisco* e *Luiz*, que considero como pais, por sempre terem acreditado que eu iria conseguir, que me apoiaram em toda esta jornada acadêmica. Obrigada por toda a ajuda, torcida, pelas palavras de encorajamento e a confiança que sempre mantiveram em mim para a conclusão desta etapa de suma importância em minha vida. Minha eterna gratidão!

RESUMO

Compreendendo a importância que a LIBRAS adquire no universo da surdez, partindo do princípio que a mesma possibilita a inclusão do surdo no meio social, a presente pesquisa pretende analisar comparativamente os processos de formação de sinais e palavras na Língua Portuguesa e na LIBRAS, tendo em vista que, essas línguas são naturais e se estruturam em torno de elementos linguísticos. Por isso, o presente trabalho pode ser justificado pelo fato de ressaltar a importância da Língua de Sinais no contexto nacional (Brasil), bem como quebrar paradigmas sociais que cercam o universo da surdez, já que a LIBRAS possibilita o ato comunicativo entre os indivíduos (surdo/surdo) e (surdo/ouvinte), e portanto, a mesma pode ser percebida como uma instituição social convencionalizada por apresentar estruturas próprias independente da modalidade de comunicação. E, além disso, uma pesquisa direcionada a este interesse de conhecer as estruturas morfológicas que constituem as línguas naturais e ainda analisar comparativamente a estruturação morfológica da LIBRAS e da Língua Portuguesa possibilita aprofundar a produção científica nesta área linguística. Para a construção desta pesquisa foram utilizadas obras de autores como Martelotta (2011), Quadros & Karnopp (2004), Felipe (2005), dentre outros teóricos que contribuíram significativamente para a construção da temática, sendo classificada, assim, como pesquisa bibliográfica. Ainda, ambas as línguas estão reunidas em torno de componentes mórficos que ao unirem-se constituem o sinal ou a palavra, e dependendo do contexto ganha diferentes significados. Além disso, tornou-se perceptível que as línguas naturais apresentam um caráter de dinamicidade tanto em sua construção como em expressão, ou seja, a língua enquanto natural pode se propagar não só pela comunicação oral, mas também pela comunicação visual/sinalizada. Neste sentido, pode-se ratificar que as respectivas línguas analisadas seguem estruturas próprias de formação diferenciando-se apenas na modalidade. Diante da análise realizada, fora possível constatar que ambas as línguas naturais (LIBRAS/ Língua Portuguesa) compartilham de algumas características em comum, ou seja, percebe-se um entrelaçamento em relação aos aspectos mórficos que compõem as respectivas línguas.

Palavras-chave: Línguas Naturais, Língua Portuguesa, LIBRAS, Estruturas Morfológicas.

ABSTRACT

Understanding the importance of the LIBRAS to on the universe of deafness assuming that it enables the inclusion of the deaf in the social environment, this research aims at comparing the process of signs formation and words in Portuguese and Libras, in view that these languages are natural and are structured around linguistic elements. Therefore, this study can be justified by the fact that stress the importance of sign language in the national context (Brazil), as well as breaking social paradigms that surround the world of deafness. So, is possible understand the LIBRAS as mechanism that allows communication between individuals (deaf / deaf) and (deaf / listener), and therefore it can be perceived as a social institution beacuse it has your own structures independent of the communication mode. For the construction of this research were used works of authors such as Martelotta (2011), Quadros and Karnopp (2004), Felipe (2005), among other authors that have contributed significantly to the construction of the theme. In this sense, both languages are gathered around morphic components, what depending on the context gains different meanings. Furthermore, it is apparent that natural languages have a dynamics of character both in its construction and in expression, that is, the language while natural can be spread not only in oral communication, but also the visual communication. In this sense, it can be seen that the respective analyzed languages follow own training structures differing only in the support. Given the analysis performed is possible see that both natural languages (LIBRAS / Portuguese) share some characteristics in common, perceives it an interlacing in relation to aspects morphic that make up the respective languages.

Key words: Natural languages, Portuguese, LIBRAS, Morphological structures.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
2 <i>FILO</i>: DA GÊNESE DE UMA LÍNGUA	8
2.1 Escorço gênico da Língua	8
2.2 Aspectos linguísticos das Línguas Naturais	12
2.2.1 Breve história da Língua de Sinais	16
3 <i>VERBUM</i>: DA ESTRUTURA À FORMA	21
3.1 Estruturalismo e Morfologia	21
3.2 Estruturas morfológicas: formação de Sinais e Palavras	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

APRESENTAÇÃO

O ato de se comunicar está presente nos diversos grupos sociais, e, por isso, pode-se afirmar que a comunicação é eficaz e essencial para que conhecimentos e informações sejam transferidas aos indivíduos, tendo em vista que toda forma de produção e construção de conhecimento procede da comunicação. Por conseguinte, para este ato ser efetivado, os sujeitos utilizam a língua, isto é, uma instituição social convencionada compartilhada pelos seres humanos. Sendo assim, corroborando esta asserção é perceptível que a língua está presente na sociedade desde o surgimento da humanidade, sobretudo, a partir do *homo sapiens* que acompanhou seu desenvolvimento e evoluindo socialmente entre as comunidades e grupos de usuários que a utilizam nas mais diferentes situações comunicativas.

Nesse sentido, pode-se esboçar que a língua apresenta um caráter maleável e, por conseguinte, não se fixa a convenções normativas. Desse modo, tendo em vista esse caráter evolutivo da língua, é ponderável inferir que a mesma se modifica a cada ato comunicativo, ou seja, se renova transformando-se em novas e inúmeras possibilidades de utilização, devido ao contexto social do indivíduo e sua evolução ocorre conforme o desenvolvimento comunicativo de cada falante. Assim, a língua expressa marcas tanto em sua estrutura, como também de construção em relação a outros usuários no contexto de comunicação que ora se padronizam em normas e em outras ocasiões são transgredíveis.

Sendo assim, a língua é uma ferramenta fundamental para a interação e comunicação entre os indivíduos, sendo desenvolvida a partir da necessidade comunicativa de cada falante ou grupo. Dessa forma, os sujeitos surdos e ouvintes, designadamente falantes da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais constroem estruturas linguísticas próprias marcadas em função do contexto e em relação a cada indivíduo.

Diante disso, a construção dessa pesquisa justifica-se em ressaltar a importância da LIBRAS para o contexto social brasileiro, e sobretudo, quebrar paradigmas sociais que norteiam o universo da surdez, já que, a Língua de Sinais possibilita a comunicação e a interação tanto entre os indivíduos surdos/surdos, como também os surdos/ouvintes.

Partindo desse princípio, em relação ao caráter de dinamicidade linguística de ambas as línguas (Língua Portuguesa/ Língua de Sinais), este trabalho objetiva analisar comparativamente as estruturas morfológicas que compõem o processo de formação de sinais e palavras da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois ambas são línguas naturais que se estruturam em torno de componentes linguísticos. Para a realização desta pesquisa foram construídos os seguintes objetivos específicos: Descrever o percurso

histórico da Língua de Sinais; e Identificar aspectos convergentes e divergentes em relação aos componentes morfológicos das duas línguas naturais (LIBRAS/Língua Portuguesa);

A partir destes objetivos pretende-se inicialmente traçar um breve esboço histórico da Língua Brasileira de Sinais. Além disso, analisar as composições morfológicas da Língua Portuguesa e a Língua de Sinais e perceber congruências entre ambas as línguas. Por conseguinte, foram utilizadas fontes bibliográficas como livros, trabalhos acadêmicos disponíveis na *internet*. Contudo, para o desenvolvimento desta análise, houve primeiramente leituras críticas pelas quais se buscou entender os conceitos de língua e linguagem, como também, compreender como ocorre a estruturação morfológica que compõe as duas línguas (LIBRAS/Língua Portuguesa).

Desse modo, para a construção da pesquisa foram utilizadas obras de autores como: Martelotta *et al* (2011) que dispõem de um embasamento teórico acerca das questões relacionadas às concepções de linguagem e língua natural, Quadros & Karnopp (2004), Felipe (2005), por apresentarem de aparato, estudos relacionados às estruturas morfológicas que constituem a Língua Brasileira de Sinais, e, além desses, foram utilizados outros teóricos que contribuíram significativamente para a construção deste estudo.

Para alcançar o objetivo proposto de: Analisar comparativamente os processos de formação de sinais e palavras na Língua Portuguesa e na LIBRAS, a presente pesquisa está estruturada em dois tópicos principais: O primeiro intitulado **Filo: da gênese de uma língua** que aborda questões relacionadas à Filologia, características linguísticas da Língua Portuguesa e da LIBRAS a partir de conceitos básicos que norteiam as concepções de língua natural e linguagem e a breve história da Língua de Sinais.

O segundo tópico intitula-se **Verbum: da estrutura à forma**, o qual pretende fazer um esboço referente ao Estruturalismo e à Morfologia e uma análise comparativa das estruturas morfológicas em relação ao processo de formação de sinais e palavras nas composições das duas línguas (LIBRAS/ Língua Portuguesa).

2 FILO: DA GÊNESE DE UMA LÍNGUA

2.1 Escorço gênico da Língua

Enquanto instituição social convencional, a língua se faz constante nas mais diversas situações de comunicação entre os indivíduos, desde as relações triviais entre os sujeitos até interações bastante complexas, ou seja, pode-se afirmar que a língua está fixamente ligada ao cotidiano de todos os sujeitos. Partindo deste pressuposto, cabe apresentar algumas considerações em relação à Filologia, ciência cujo elemento de esboço é a língua.

Assim, em relação à língua e à Filologia, é ponderável inferir que a língua é uma instituição social humana que representa uma manifestação natural, ou seja, um complexo sistema de estruturas linguísticas inatas ao indivíduo, ligada intrinsecamente à necessidade de se comunicar. A partir da interação com os outros da mesma espécie ou comunidade linguística, e com o mundo que o cerca, o indivíduo evolui linguisticamente desde os primórdios da humanidade. Partindo desse pressuposto, Martelotta (2011, p. 19) afirma que:

[...] as línguas variam e mudam ao sabor dos fenômenos da natureza sociocultural que caracterizam a vida na sociedade. Variam pela vontade dos indivíduos ou grupos têm de se identificar por meio da linguagem e mudam em função da necessidade de se buscar novas expressões para designar novos objetos, novos conceitos ou novas formas de relação social.

Diante essa afirmação, pode-se entender que a cada nova produção social a língua se renova e se modifica em novas possibilidades de utilização para realizar a comunicação na interação com os demais sujeitos, fator esse ligado diretamente ao contexto social do falante.

Ainda, a Filologia é a ciência que evidencia especificadamente em seu esboço as transformações sofridas pela língua no processo evolutivo sócio-histórico da mesma na sociedade ao longo do tempo. Desse modo, contextualizando historicamente, a Filologia durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, assumiu contornos nas tradições de pesquisa linguística alemã, portuguesa e brasileira. (MATTOS E SILVA, 1996).

Contudo, nesses contextos a definição do conceito Filologia sofreu profundas reformulações, em relação às formas de compreender o objeto de estudo, como também, as tarefas que cabem ao filólogo. Por conseguinte, este escorço pretende delimitar nesse contorno a história da Filologia ao contexto brasileiro no século XX.

No entanto, a definição que cercou o termo “Filologia” durante muitos anos apresentou uma ambiguidade. Diante desta afirmação, pode-se inferir que este aspecto

ambíguo que denota a disciplina é entendido ora como ciência interpretativa, histórica, ora como ciência natural. Segundo Cintra (1939, p. 85) a filologia é definida como:

[...] o estudo completo comparativo, filosófico, literário, histórico das línguas (ou de uma língua) consideradas em seus princípios, nas relações existentes entre elas, nas leis fonéticas que presidem à formação dos vocábulos, na origem das suas raízes e das suas formas.

A partir desta asserção, pode-se enfatizar que a Filologia faz o estudo comparativo das línguas limitando-se a descrever características de diferentes épocas da evolução histórica das línguas, por ventura, tendo um caráter respectivamente didático no sentido de oferecer informações básicas para se compreender as formas e usos linguísticos.

Por conseguinte, (LIMA, 1930, *apud* PINTO, 1981, p. 95) conceitua como ciência natural e não como ciência histórica interpretativa, já que a Filologia concebe o funcionamento da língua de modo natural e espontâneo a cada ser humano ao evidenciar que:

Não podemos mais, hoje em dia, aceitar esse critério. A filologia passou a ser, para nós, uma coisa diversa. E o filólogo um ser diferente desse que nos tinham imposto./ Ao passo que o filólogo de ontem devia conhecer, sobretudo, línguas mortas e regras fixas, o filólogo de hoje deve conhecer homens vivos e estados sociais. Se a etimologia e a erudição literária escrita eram os grandes instrumentos de trabalho do filólogo de ontem, hoje em dia a psicologia, a fonética experimental, a etnografia e a sociologia devem ser os utensílios do nosso filólogo. Ao passo que o de ontem devia conhecer a fundo os clássicos portugueses, o de hoje deve conhecer a fundo os homens brasileiros. Ao passo que o de ontem devia ou podia viver entre livros e fichas, fechado em seu gabinete, o de hoje deve viver, sobretudo, ao ar livre, e ouvir o que os homens falam e a registrar as formas usuais da conversação. Ao passo que o de ontem se preocupava só com a língua, em sua cronologia histórica, o de hoje deve estudar a língua em sua origem humana.

Diante do exposto, e corroborando esta afirmação, é perceptível que o filólogo deve estudar a língua a partir de sua constituição humana viva, isto é, esse caráter evolutivo da língua ao longo do tempo implica diretamente ao processo de criação e recriação pelo qual todas as línguas naturais passam.

Assim, pode-se compreender que a língua se transforma a cada nova produção social e se renova em múltiplas possibilidades de utilização, aspecto esse ligado principalmente ao contexto social do indivíduo. Desse modo, a evolução da língua ocorre conforme o desenvolvimento dos falantes, e esse critério evolutivo é designado a toda língua natural. (BATISTA, 2012).

Sendo assim, convém corroborar que as línguas naturais estão em constante processo de evolução, ou seja, sendo transformada nos novos contextos de comunicação que são

criados pelos seus usuários, no entanto, a língua poderá abandonar suas formas primitivas e adquirir novas estruturas conforme a época e cada falante.

Nessa perspectiva, a propósito do emprego do termo Filologia no Brasil, no início dos anos 60, Rodrigues, (1988, p. 58) ratifica que filologia foi um nome usado: “[...] sobretudo para significar o estudo científico da língua portuguesa abrangendo desde o estudo filológico *stricto sensu* dos textos medievais até a pesquisa da fala rural brasileira”. Diante dessa afirmação, é evidente que o estudo da área filológica predominava, respectivamente, a reconstrução crítica dos textos medievais, como também a análise da variação dialetal rural do Brasil, contribuindo para fundamentar interpretações histórico-filológicas referentes à língua brasileira.

Portanto, em relação à significação do termo Filologia, Câmara (1978, p.117) propôs também uma conceituação ao afirmar que:

FILOLOGIA – Helenismo que significa literalmente, “amor à ciência”; usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português; o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes.

Nesse sentido, a definição proposta a partir da concepção de Câmara (1978) define a Filologia como esboço dos textos antigos, visando à compreensão dos traços lingüísticos, bem como a investigação dos aspectos relacionados à língua, ou seja, o processo de transformação e modificação sofrido pela língua em seu processo de evolução histórica.

Desse modo, estas definições que nortearam o termo filológico no século XX no Brasil, contudo ela atualmente é conceituada como de acordo com Martelotta (2011, p. 23) da seguinte forma:

[...] é uma ciência eminentemente histórica, que por tradição se ocupa do estudo de civilizações passadas através da observação dos textos escritos que elas nos deixaram, com o intuito de interpretá-los, comentá-los, fixá-los e de esclarecer ao leitor o processo de transmissão textual.

Nesta perspectiva, a aceção do termo Filologia recentemente é definida como uma ciência histórica. Ponderando essas questões relacionadas às significações do termo filológico, faz-se necessário respaldar neste esboço o campo de atuação desta ciência, cujo interesse está relacionado à compreensão da língua, a partir da observação dos mecanismos universais que compõem a base de utilização das línguas.

Nesse sentido, (SILVA NETO, 1976, *apud* COELHO, 1998, p. 68), em relação ao componente de análise filológica, infere que: “[...] o objeto formal da Filologia é estabelecer, explicar e comentar textos [...]”. Desse modo, este posicionamento implica ponderar que o objeto de escorço da Filologia é a interpretação de textos escritos, sendo perceptível que a área de atuação da ciência filológica predomina, concomitantemente, o estudo da gênese da língua em relação a escrita dos textos, concebendo sua difusão e transformação no percurso de transmissão entre os indivíduos.

Partindo do princípio, de que a Filologia estuda a constituição da língua em diversos aspectos sejam fonológicos e/ou morfológicos, acreditamos que somente os procedimentos de análise dessa área do conhecimento nos dará sustentação para compreender os processos de formação de palavras de qualquer Língua Natural. Dessa maneira, faz-se necessário, corroborar em relação ao processo de formação de palavras na Língua Portuguesa, compreender como são formadas as estruturas “morfológicas” que ora convergem e divergem entre a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais.

Por agora, é pertinente dizermos que esses processos partem da reestruturação das palavras, ou seja, procede de unidades básicas que constituem as raízes dos itens lexicais, alterando-as por acréscimos ou supressão. Por conseguinte, cabe apresentar as tarefas que competem ao trabalho do filólogo, já que, respectivamente, seu campo de atuação designa, principalmente, o estudo da evolução das línguas.

Nesse sentido, as tarefas que consistem o trabalho do filólogo, segundo o posicionamento de Vasconcelos (1946, p. 150) são as seguintes:

[...] são filólogos os historiadores e investigadores de literaturas, como os historiadores e investigadores de línguas que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer fonéticos, morfológicos, sintáticos – gramaticais, portanto – quer etimológicos [...] (lexicográficos) ou dialectológicos – isto é, de origens. E também são filólogos os glotólogos pelo assunto que eles cultivam, qual é a linguagem em si, sem fins práticos nem literários, só por ela mesma, como suprema das instituições humanas, de natureza psico-fisiológica [...]

Desse modo, a Filologia ampliou suas fronteiras no que diz respeito ao trabalho realizado pelo filólogo, pois o mesmo é historiador e investigador da língua em diversificados aspectos, isto é, comparativos, fonéticos, morfológicos no que se refere a origem, e o processo evolutivo da língua, sobretudo, desde o surgimento da humanidade, a partir do *homo sapiens*.

2.2 Aspectos linguísticos das Línguas Naturais

Descrever o conceito de língua natural requer, sobretudo, conhecer os componentes básicos que especificam as diferenças referentes a uma língua natural e uma língua artificial, ou seja, para conceituar uma língua natural deve-se, essencialmente, partir dessa diferenciação para atingir a definição que se preconize uma aceção específica dessas línguas.

Nesse sentido, Gesser (2009, p. 12) faz a seguinte afirmação sobre as línguas artificiais: “Consideram-se “artificiais” as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito específico”. Diante dessa afirmação, as línguas artificiais são utilizadas para um objetivo particular, e são criadas por um pequeno grupo de indivíduos. Podemos citar há exemplo desse tipo língua: o Esperanto (língua oral) e o Gestuno (língua de sinais), cuja principal finalidade é estabelecer a comunicação internacional. Desse modo, o Esperanto e o Gestuno têm a intenção de criar uma língua com aprendizagem muito fácil, funcionando como língua auxiliar, na tentativa de unir a comunicação entre todos os povos do mundo.

Nesta perspectiva, as línguas surgem de acordo com a necessidade comunicativa dos indivíduos, por ventura, viver em um grupo ou comunidade demanda acima de tudo um desejo de interagir com os outros sujeitos e com seu ambiente social, e, para isso, os indivíduos desenvolvem mecanismos que possibilitam o ato comunicativo com os outros seres de sua mesma espécie.

Desse modo, em seu meio social, o homem é capaz de desenvolver inúmeras possibilidades de comunicação, isto é, o indivíduo utiliza diversos elementos para se situar contextualmente, bem como interagir neste contexto. Diante dessa afirmação, pode-se esboçar que a expressão do pensamento humano é concebida em seu espaço externo. Nesse sentido, é notório evidenciar que os seres humanos utilizam uma linguagem comunicacional, compartilhada pelos mesmos membros de um grupo social linguístico.

Assim, Martelotta (2011, p. 129) afirma que: “É notável que nenhum outro ser do planeta, a não ser o próprio homem, seja capaz de dominar naturalmente um sistema de linguagem tão complexo como uma língua natural mesmo após muitos anos de treinamento”. Partindo desse pressuposto, é perceptível que as línguas naturais são concebidas como um sistema de composições linguísticas naturais ao homem. Desse modo, o ato de se comunicar é um produto essencial para se viver em sociedade. (MARTELOTTA, 2011).

Corroborando essa asserção Batista (2012, p. 18) afirma que:

As línguas naturais são efetivamente criadas em sociedade é pela necessidade de comunicação entre seus membros, ou seja, elas não podem ser criadas pela única comunicação entre duas entidades apenas, pois são estabelecidas e aperfeiçoadas ao longo do processo histórico da sociedade que lhe deu origem.

Nesse sentido, é notório ratificar que as línguas naturais são consideradas frutos do meio social por uma habilidade e capacidade inata e natural do ser humano. Sendo assim, se reestruturam a cada nova produção social diante da necessidade do falante e cada contexto sócio histórico, contudo, procede de um processo contínuo, de acordo com cada ato comunicativo efetuado pelos indivíduos.

Convém, assim, evidenciar que as línguas naturais apresentam características próprias, ou seja, apresentam alguns critérios especificadamente predominantes a todas as línguas naturais, que são respectivamente os seguintes: Produtividade e criatividade, Flexibilidade e versatilidade, Descontinuidade e Arbitrariedade. Por conseguinte, esses critérios não podem ser aplicados às línguas artificiais.

Desse modo, Quadros & Karnopp (2004) expõem em relação as características das línguas naturais as seguintes definições:

- *Produtividade/criatividade* - este primeiro aspecto é predominante a todas as línguas naturais, ou seja, o usuário da língua forma um número infinito de enunciados, conforme a combinação de unidades mínimas para constituir novos elementos. Dessa maneira, podemos falar de várias coisas de diversas formas, a partir do processo criativo da língua.
- *Flexibilidade/versatilidade* - se refere às várias possibilidades de uso da língua a cada situação comunicativa do indivíduo. Além disso, a língua é versátil, pois podemos nos expressar nos tempos verbais: passado, presente e futuro.
- *Descontinuidade* - as sentenças são expressas de forma descontínua, respectivamente, as palavras apresentam similaridades na forma escrita, mas acarretam uma mudança de significado. Como exemplos podemos citar: maca e mala na língua oral e grátis e amarelo na língua sinalizada. Diante do exposto, torna-se evidente que as sentenças distanciam-se em relação a significação, enquanto, o primeiro exemplo altera-se o fonema, ocorrendo a mudança das letras c e l. No segundo modifica-se apenas a Configuração de mão, ou seja, as formas realizadas pelas mãos, correspondendo a um dos parâmetros que compõem a Língua de Sinais. (GESSER, 2009).

- *Arbitrariedade* - nesta característica, as línguas naturais são regidas e convencionadas por normas específicas. No entanto, é ponderável inferir que não é possível saber a significação de uma sentença apenas por sua forma linguística.

Ainda, outro aspecto relacionado à língua natural diz respeito ao seu critério evolutivo. Isto é, todos os sujeitos são dotados de uma língua que a cada novo evento comunicativo passa por um processo de criação e recriação, modificando-se em inúmeras possibilidades de uso, aspecto este ligado ao contexto social do falante.

Nessa perspectiva, é possível corroborar que todo falante é linguisticamente criativo, isto é, é um sujeito que dispõe de habilidades para construir diversas possibilidades para se comunicar na interação com os outros indivíduos. Segundo Martelotta (2011, p.128):

[...] todos os falantes são criativos, desde os analfabetos até os autores dos clássicos da literatura, já que todos criam infinitamente frases novas, das mais simples e despreziosas às mais elaboradas e eruditas. [...] [Assim,] a criatividade é o principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal.

Desse modo, a língua evolui de acordo com o desenvolvimento comunicativo dos usuários, por conseguinte, esse critério evolutivo é designado a toda língua natural. Por isso, é ponderável afirmar que as línguas naturais são dotadas de variações, ou seja, os grupos linguísticos possibilitam a transformação da língua em vários níveis. Desse modo, pode haver uma infinidade de modificações para uma mesma língua. Partindo desse pressuposto, pode-se evidenciar que não existe uma língua uniforme, pura, homogênea, sem variações.

Neste sentido, Bagno (1999, p. 27-28) afirma que:

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais e em todos os seus níveis de uso social.

A partir da asserção de Bagno (1999), convém afirmar que inexistente uma única forma de língua. Neste sentido, a língua se transforma e se modifica no decorrer dos movimentos sociais se adequando aos novos contextos de comunicação nos quais os falantes se inserem, portanto, difere para cada comunidade linguística que a utiliza.

Assim, é perceptível que as línguas naturais apresentam um caráter de dinamicidade em relação a sua construção e expressão. A língua natural pode ser manifestada tanto pela comunicação oral (voz) como também por meio do espaço visual/gestual. Nessa perspectiva,

as comunidades surdas e ouvintes fazem o uso de línguas que apresentam características diferentes em relação ao seu campo de manifestação. Sendo assim, pode-se afirmar que independente da forma de comunicação, seja sinalizada ou oralizada, a língua é inseparável da sociedade e do homem.

Desse modo, a Língua de Sinais é uma língua natural, pois se originou de modo espontâneo a partir da interação e o convívio entre os indivíduos surdos, e diante da sua estrutura torna-se possível a representação de qualquer conceito, isto é, concreto, abstrato, descritivo e emocional de acordo com a necessidade comunicativa de cada usuário. (FERREIRA, 1995).

Nessa perspectiva, Gesser (2009, p. 33) afirma em torno da Língua de Sinais o seguinte argumento: “A língua de sinais tem estrutura própria, é autônoma, ou seja, independente de qualquer língua oral em sua concepção linguística”. Diante do exposto, compreende-se que a Língua de Sinais apresenta composições próprias em todos os níveis, como as línguas orais, isto é, morfológicos, fonológicos, sintáticos e semânticos.

Sendo assim, é perceptível que linguisticamente a língua de sinais é uma língua por constituir-se em critérios também presentes em outras línguas naturais. Nesse sentido, compreendemos que a Língua de Sinais é uma língua natural da comunidade e da cultura surda, em que o surdo a utiliza seguindo normas específicas, conforme os padrões composicionais de sua língua. Nesse sentido, Quadros & Karnopp (2004, p. 30) postulam em relação às línguas de sinais esta afirmação:

[...] são uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social permite a comunicação entre seus usuários.

Partindo dessa asserção, convém salientar que a Língua de Sinais não pode ser compreendida somente como um gesto ou mímica efetuada pelo surdo, visto que, linguisticamente, esta língua é produzida através de características dotadas unicamente as línguas naturais, postuladas anteriormente, segundo Quadros & Karnopp (2004) que são as seguintes: *Produtividade e criatividade, flexibilidade e versatilidade, descontinuidade e arbitrariedade*. Sendo assim, independentemente da modalidade comunicativa, a língua, seja oral ou sinalizada, apresenta características comuns a todas as línguas naturais. Portanto, pode-se afirmar que as línguas naturais apresentam uma variabilidade e mutabilidade de possibilidades na comunicação humana.

2.2.1 Breve história da Língua de Sinais

A Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda que apresenta estrutura e gramática próprias, utilizada para a comunicação entre os usuários surdos. A mesma obedece ao critério evolutivo das línguas naturais. Sendo assim, torna-se necessário traçar um esboço histórico da Língua de Sinais, partindo respectivamente do contexto europeu, para em seguida esboçar a nível nacional a história da língua natural dos Surdos brasileiros.

Desse modo, a história da Língua de Sinais e a educação dos surdos apresentam-se entrelaçados, tendo sua origem na Europa, especificadamente na França. Segundo Sacks (1998, p. 37):

Durante os anos de 1712- 1789, o Abade Michel de L'Epeé criou o Instituto Nacional de Surdos de Paris na França, onde foi utilizada a língua de sinais, uma combinação dos sinais com a gramática francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação. Muitos consideram o criador da língua gestual, embora a mesma já existisse antes dele.

Assim, L'Epeé, conhecido também como “pai dos surdos”, criou a Língua de Sinais, tendo por base a gramática do francês, sendo conhecida como o Método Gestual de L'Epeé, que atingiu resultados nunca vistos anteriormente. L'Epeé, criou um processo de ensino e aprendizagem que atendeu à necessidade e realidade comunicativa dos indivíduos surdos, sendo um método igualitário que não dependia da posição social que a pessoa surda ocupava. (CIALDINE, 2012).

Por conseguinte, no que diz respeito à existência da Língua de Sinais, é importante ressaltar que não se pode confirmar a sua data de origem. Todavia, iremos expor alguns indícios acerca da possível gênese dessa Língua. Assim, as primeiras descrições de relatos que envolvem os indivíduos surdos os mostram como sujeitos primitivos que possuíam um canal de comunicação incompreensível, pois não falavam, ou seja, quem não se expressava oralmente naquela época era considerado um indivíduo incapaz de aprender.

Corroborando essa asserção, Cialdine (2012, p. 11) afirma que: “[...] a língua era vista como a expressão do pensamento, quem não falava não pensava, dessa forma, não era considerado uma pessoa”. É notório enfatizar, diante dessa afirmação, o grande descaso com os indivíduos surdos neste contexto histórico, pois eram desprezados socialmente por apresentarem uma “anormalidade” relacionada ao caráter físico e comunicativo, em

consequência disto, eles não detinham nenhum direito legal sobre seus bens e muito menos uma educação privilegiada e diferenciada para atender sua capacidade comunicativa.

Dessa forma, torna-se perceptível o poder da hegemonia social ouvinte sobre a minoria surda. Por isso, pode-se afirmar com precisão que apenas a nobreza tinha total direito e controle sobre a educação de seus filhos surdos com o intuito de sustentar a herança da família. Naquele contexto, os filhos da nobreza eram educados por professores particulares que seguiam metodologias próprias. (PEREIRA, 2011). Logo, percebe-se a diferença em relação às classes: enquanto os filhos da nobreza eram educados por tutores pagos, os surdos pertencentes a uma classe social desprestigiada eram excluídos e discriminados pelo meio social.

Todavia, Cialdine (2012, p.11) afirma que os preconceitos e discriminações acometidos aos indivíduos surdos só se modificaram com a intervenção da igreja ao afirmar esse posicionamento:

As atitudes só mudaram com o advento da Igreja, que punia quem sacrificasse um recém-nascido. De fato, eles ainda eram isolados da sociedade em geral, mas aos poucos começaram a ser educados- mas apenas os Surdos filhos de nobres. Isso porque, para esses Surdos pudessem ter direitos, precisavam saber ler e escrever.

Assim, somente com o advento da igreja novos olhares foram lançados para a educação voltada para os surdos, isto é, a igreja monopolizou as possibilidades e a viabilização de uma educação para esses indivíduos que eram marginalizados. No entanto, esse processo educativo estava direcionado apenas para a classe social da nobreza já que a mesma representava a camada abastada da sociedade. Sendo assim, é perceptível o interesse capitalista da igreja sobre a educação voltada para os filhos dos nobres, cuja finalidade estava na obtenção de lucros.

Contudo, vale ressaltar em relação ao desenvolvimento da Língua de Sinais que os mecanismos sociais de superioridade de sujeitos ouvintes sobre os indivíduos surdos influenciaram de maneira positiva e negativa para o desenvolvimento de métodos educacionais direcionados especificadamente a educação dos surdos, visto que a história de criação da Língua de Sinais estaria direcionada a metodologias para educar esses sujeitos desfavorecidos e desprezados pelo sistema social da época. (PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, Perlin e Strobel (2006, p. 6) afirmam que:

Os sujeitos surdos eram rejeitados pela sociedade e posteriormente eram isolados em asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem ter

uma educação em função de sua anormalidade, ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos viam-nos como “anormais” e “doentes”.

Dessa forma, cada período histórico e o fator social que predominava a cada contexto são aspectos que contribuíram para o desenvolvimento de métodos relacionados a educação dos surdos, ou seja, a cada momento histórico é possível perceber o desenvolvimento de correntes filosóficas educacionais referentes ao processo de educação dos surdos.

Sendo assim, as principais filosofias educacionais que primam pelo desenvolvimento da língua são as seguintes: *Comunicação Total* e *Bilinguismo*.

A corrente filosófica denominada Comunicação Total surgiu a partir da década de 1940, enfatizando a interação entre aluno-surdo e professor-ouvinte no contexto educacional. Nessa perspectiva, a educação dos surdos estava direcionada para o uso dos gestos, datilologia (alfabeto em LIBRAS), e à mímica, dentre outros recursos que contribuíram significativamente para o processo de comunicação e interação dos surdos. Já o Bilinguismo surgiu na década de 1960 a partir dos estudos de William Stokoe, partindo da concepção de que o indivíduo surdo deveria adquirir a Língua de Sinais em sua comunidade como língua materna, para, em seguida, aprender a língua do seu país na modalidade escrita. (CIALDINE, 2012).

Além disso, alguns nomes que merecem destaque na educação dos surdos: o primeiro é o abade espanhol Pedro Ponce Leon (1520-1584) que seguiu métodos próprios para o processo educativo dos surdos. Outro representante foi o pesquisador espanhol Juan Martin Pablo Bonet, que publicou no ano de 1620 seu primeiro livro denominado *Reduccion de las letras y artes para enseñar a los mudos*, voltado para métodos educativos pautados na aprendizagem dos surdos. Além destes, novas pesquisas foram realizadas em torno do processo comunicativo referente à educação dos surdos pelo americano J. Bulwer com a publicação de seu primeiro livro em inglês, intitulado *Chirologia*. (GOLDFIELD, 2010).

Por agora, apresentaremos a história da Língua de Sinais no Brasil, visto que o marco inicial das primeiras abordagens direcionadas a língua dos surdos ocorreu no Segundo Império, a partir do ano de 1855, no cenário brasileiro.

Assim, podemos expor as contribuições do francês Hernest Huet, discípulo de L'Epeé, que desempenhou um importante trabalho referente à educação brasileira para os indivíduos surdos. Hernest Huet detinha total conhecimento sobre a língua de sinais, fator este que marcou positivamente os avanços voltados para a educação dos surdos no Brasil. Huet

contou com o apoio do imperador D. Pedro II que tinha um neto surdo e, por isso, demonstrava grande interesse na educação desses sujeitos. (SOARES, 1999).

Ainda em relação ao professor Ernest Huet, podemos evidenciar que o mesmo fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O professor francês fazia o uso da Língua de Sinais francesa, sendo aprendida de forma muito fácil pelos indivíduos surdos. A surdez neste período histórico era entendida como uma deficiência auditiva, sendo este aspecto um fator que dificultava o processo de aprendizagem do surdo para o desenvolvimento da linguagem oral. (QUADROS, 2004).

A história da Língua de Sinais no contexto brasileiro segue os mesmos caminhos em relação a outros países: os sujeitos surdos eram seres marginalizados, desprezados e discriminados socialmente. Neste contexto, sob a ótica dos indivíduos ouvintes, os surdos representavam uma ameaça social, sendo pessoas incapazes de aprender, por possuírem uma anomalia, tornando-os incapacitados para exercerem seu papel de cidadão na sociedade.

Dessa maneira, a língua de sinais, durante muito tempo, foi vítima de preconceitos por parte da sociedade ouvinte por não a compreenderem nem a conhecerem. Notadamente, todo esse percurso histórico apresentado em relação à Língua de Sinais, tanto no contexto europeu quanto no brasileiro, marcam a história de lutas enfrentadas pela comunidade surda para adquirir sua própria língua, que enfrentou enormes desafios para ser reconhecida linguisticamente e socialmente.

Como marco histórico podemos esboçar a legitimação da Língua de Sinais que foi oficialmente reconhecida e legalizada como a língua oficial dos surdos brasileiros. Diante esta lei os surdos dispõem de direitos linguísticos sancionados sob a lei nº 10. 436 de 24 de Abril de 2002. Conforme esta legislação estão estabelecidos os seguintes direitos aos surdos:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2002).

Corroborando o exposto, é notório afirmar que mesmo com a legitimação da Língua de Sinais para ser utilizada pela comunidade surda, ainda é possível identificar os preconceitos sociais herdados do passado para os dias atuais referentes ao universo da surdez. De fato, a visão que se tem do surdo na sociedade contemporânea do século XXI pelas pessoas ouvintes são denominações do tipo: “mudinho”, “deficiente auditivo” ou “surdo-mudo”, tratando-os como seres inaptos a aprenderem e atuarem socialmente. Portanto, a LIBRAS é uma língua, não apenas pela sua oficialização perante a lei, mas por apresentar os mesmos padrões linguísticos que as demais línguas naturais e por servi a propósitos comunicativos específicos.

3 *VERBUM*: DA ESTRUTURA À FORMA

3.1 Estruturalismo e Morfologia

Compreendendo que as línguas naturais estão construídas em torno de estruturas que no decorrer dos movimentos sociais se modificam, originando novas palavras que serão incorporadas ao léxico de uma língua faz-se necessário apresentar um esboço relacionado ao “Estruturalismo”, abordagem linguística, cujo objeto de estudo específico é a língua, e, por conseguinte, trazer um esboço referente à “Morfologia”, que etimologicamente é uma palavra grega que significa em sua origem estudo da forma das palavras. Diante do exposto, Ribeiro (2005, p. 63) afirma que: “O termo morfologia tem sua origem na justaposição dos radicais gregos *morphê*, (forma) e *logos*, (estudo), significando assim, “estudo da forma”.

Neste sentido, vale ressaltar que aparecem estudos linguísticos que tentam explicar o enigma em relação à origem da linguagem, pois o processo de evolução das línguas estaria ligado ao interesse da estrutura interna da palavra, como também na nomenclatura que designava a estrutura, em relação à raiz, radical ou tema. A esse respeito, Ribeiro (2005, p. 63) argumenta que: “Ao campo da morfologia pertencem, assim, os estudos sobre a estrutura interna dos vocábulos e sobre a classificação de palavras”.

Nesta perspectiva, o Estruturalismo, corrente que teve início a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, maço do desenvolvimento de estudos de cunho estruturalista, cujo precursor é o suíço Ferdinand de Saussure, parte do pressuposto de que a língua é um sistema. Saussure compreendia a língua como um conjunto de unidades que obedecem regras para seu funcionamento. (MARTELOTTA, 2011).

Corroborando essa asserção Martelotta, (2011, p.114) afirma que:

O estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema.

Diante do exposto, a abordagem estruturalista entende a língua como forma (estrutura), uma organização e um sistema de signos que funciona a partir de um conjunto de regras. Assim, Orlandi (2009, p. 22) afirma: “[...] os signos constituem o sistema da língua”. Desse modo, o signo é a unidade que constitui o sistema linguístico, ou seja, a língua é constituída de signos, formada pelo significado (conceito) e significante (representação).

Além disso, Saussure atribui em relação ao significado e significante uma arbitrariedade ao signo. Neste sentido, o caráter arbitrário, sob a visão saussuriana, significa dizer que não existe uma relação natural entre a representação do conceito (imagem acústica) que corresponde ao significante e o conceito (sentido) que representa o significado. Dessa forma, o signo linguístico é imotivado, sendo convencional e cultural, utilizado pelos membros da sociedade. Esta arbitrariedade que envolve o significado e o significante comprova-se pelas diferenças que existem entre as línguas, ou seja, um mesmo significado pode ser representado por significantes diferentes.

Segundo Saussure (2006, p. 83) a arbitrariedade do signo linguístico é explicada da seguinte forma:

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala [...]; queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.

Conforme esta afirmação, pode-se compreender a concepção de língua a partir da estrutura internalizada pelos falantes, de acordo com a explicação de duas dicotomias que embasam a corrente estruturalista que são as seguintes: língua x fala. A língua representa o meio de comunicação entre os falantes da sociedade, enquanto a fala é uma realização individual, que pode sofrer variações no decorrer dos movimentos sociais.

Ao retomar o pressuposto de Saussure que a língua é um sistema articulado, regido de regras, é importante expor as relações sintagmáticas e paradigmáticas para explicar o funcionamento do sistema, visto que as leis que regem a estrutura de uma palavra partem das estruturas sintagmáticas e paradigmáticas.

As relações sintagmáticas dizem respeito ao sintagma e representa às inúmeras possibilidades de combinação entre as unidades. Todavia, as relações paradigmáticas que correspondem a uma associação mental, constituindo conjuntos referentes ao significado, caracterizando, assim, um campo semântico. Corroborando o exposto, pode-se compreender que as unidades que formam um sistema são constituídas de normas, que segundo Martelotta (2011) são adquiridas na comunidade linguística do falante, dessa forma procede a seu caráter social.

Assim, fazemos uma ligação entre a corrente estruturalista e a Língua de Sinais, tendo em vista que a mesma também representa uma das formas de manifestação da linguagem humana e, portanto, faz parte da matéria da ciência linguística que Saussure (2006,

p.13) define da seguinte forma: “A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana [...] considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, *mas todas as formas de expressão*”.

Compreendendo que a vertente Estruturalista tem como objeto de estudo a língua. No entanto, tornar-se perceptível que a língua representa o resultado de evoluções ocorridas ao longo do tempo, tendo em vista que esse critério evolutivo acompanha-nos desde as fases antigas até os dias atuais. Sendo assim, por agora, é pertinente apresentar um esboço envolvendo a Morfologia, termo que surgiu inicialmente na área da Biologia, passando a ser utilizado no campo da linguística durante o século XIX, o qual ocupa-se da classificação e estrutura das palavras. (RIBEIRO, 2005).

Neste sentido, em relação à história da Morfologia, Ribeiro (2005, p. 61) afirma que:

[...] os estudos morfológicos têm sua origem na tradição hindu. Na gramática de Panini (séc. VI a. C.), já se tratava da estrutura interna das palavras, identificando-se as unidades mínimas significativas como raízes e afixos. Com a descoberta do Sânscrito (séc. XVIII), pôde-se tomar conhecimento desses estudos que muito contribuíram para a investigação da linguística moderna na área da morfologia.

Corroborando essa afirmação, percebe-se o entrelaçamento entre a corrente Estruturalista e a Morfologia, tendo em vista que ambas as áreas fazem a investigação da língua: enquanto a corrente Estruturalista voltou-se para os estudos da língua a partir de um sistema, sendo constituída de unidades que funcionam a partir de regras, a Morfologia se deteve a analisar como procede a estrutura das palavras, bem como, sua classificação. Além disso, o surgimento de novas línguas e as transformações ocorridas contribuíram significativamente para os estudos nesses campos linguísticos.

Ainda, durante o século XIX, sob a ótica Estruturalista, a Morfologia e a Sintaxe faziam o mesmo esboço em relação ao objeto de estudo, ocorrendo dessa maneira uma distinção difusa entre ambas como afirma Rosa (2002, p. 38):

Podemos dividir a gramática de modo conveniente em Morfologia e Sintaxe. A sintaxe pode definir-se, *grossa modo*, como o conjunto de princípios de organização das construções formadas pelo processo de derivação e flexão (palavras) em construções mais vastas, de espécies diversas. Nem sempre é clara a distinção entre morfologia e sintaxe. Para algumas línguas, esta definição de sintaxe é razoável, enquanto que, para outras, levanta dificuldades consideráveis. Não é, porém, possível uma discriminação mais satisfatória que abranja as línguas em geral.

Assim, corroborando a afirmação de Rosa (2002), que as definições postas sobre Morfologia e Sintaxe são vistas sob óticas diferentes. Neste período, a Morfologia estava

definida como a gramática interna das palavras, enquanto a Sintaxe sendo a gramática externa e das sequências das palavras.

No entanto, na Morfologia as palavras são criadas por constantes processos de formação, isto é, se reestruturam a partir de unidades básicas que formam as raízes dos itens lexicais, modificando-se por supressão ou acréscimo. Neste sentido, Carone (1986, p. 21) afirma em relação aos processos de formação de palavras que: “[...] se refere às possibilidades de combinação dentro da estrutura da palavra como um jogo morfológico e a compara às peças de um jogo infantil, possivelmente um Lego, que ao encaixar ou desencaixar, cria-se um universo de possibilidades”.

Diante disto, percebe-se que a partir de acréscimos às estruturas das raízes originam-se novas palavras, sendo possível formar múltiplos significados a partir da combinação de palavras. Além disso, ao estudarmos morfológicamente uma língua é possível perceber que as palavras passam por processos de formação, pelos quais a língua desenvolve regras de estruturação própria, pelas quais as unidades mínimas se (re)organizam.

Diante do exposto, vale salientar que essas unidades são nomeadas morfemas, ou seja, são estruturas mínimas significativas que em alguns casos não procedem uma significação isoladamente, sendo preciso a combinação a outro morfema. Há também os morfemas que não necessitam dessa combinação, pois já possuem um sentido imediato. Ainda podemos salientar que, a partir dessas unidades mórficas, os usuários podem criar sentenças de alto grau de complexidade, sendo possível a formação de vários enunciados, dotados de diversos significados.

Todavia, em cada língua as sentenças são formadas seguindo regras pelas quais são construídas. Neste sentido, se faz necessário expor as principais características que compõem os morfemas na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais.

Na Língua Portuguesa de acordo com Kehdi (1990, p. 15), os morfemas apresentam os seguintes aspectos postulados:

- 1) são unidades portadoras de sentido;
- 2) são elementos recorrentes de grande produtividade na língua;
- 3) a ordem desses segmentos é rígida;

Por conseguinte, os morfemas na Língua de Sinais são definidos conforme a asserção de Quadros & Karnopp (2004, p. 86) desta forma:

Alguns morfemas por si só constituem palavras, outros nunca formam palavras, apenas constituindo partes de palavras. Desta forma, têm-se os morfemas presos que, em geral, são os sufixos e os prefixos, uma vez que não podem ocorrer isoladamente, e os morfemas livres que constituem palavras.

Diante dessas afirmações, as regras composicionais de palavras e sinais ocorrem através dos morfemas. Neste sentido, tornar-se evidente que esta característica é comum a todas as línguas naturais, visto que o léxico de qualquer língua natural decorre desse processo de formação. No entanto, é importante ratificar que toda língua desenvolve normas de estruturação independentes. Desse modo, as línguas naturais são dotadas de estruturas morfológicas composicionais, inerentes ao léxico. Assim sendo, pode-se afirmar que esse critério é designado a todas as línguas naturais.

Portanto, diante do exposto, é possível concluir que o Estruturalismo, ciência fundada por Saussure, constitui seu objeto de estudo específico a língua-sistema, enquanto a Morfologia baseia-se, respectivamente, na compreensão da organização interna das unidades formais da língua, bem como a análise dessas unidades, e principalmente sua utilização nas situações concretas de comunicação humana.

3.2 Estruturas morfológicas: formação de Sinais e Palavras

Como fora mostrado anteriormente, viu-se que as estruturas que compõem o léxico da língua passam por constantes modificações de acordo com os movimentos linguísticos realizados pelos usuários. Neste sentido, compreendendo as asserções pertinentes aos aspectos “morfológicos”, que ora convergem e divergem entre a LIBRAS e a Língua Portuguesa, faz-se necessário conhecer as estruturas morfológicas que constituem o processo de formação do léxico dessas línguas naturais.

Diante do exposto, uma das diferenças existentes entre a LIBRAS e a Língua Portuguesa em termos de estrutura é a modalidade da língua. Desse modo, a modalidade da língua define como essas estruturas irão se reger para que o usuário possa estabelecer relações de sentido em sua realidade externa.

Nessa perspectiva, os sujeitos ouvintes possuem uma modalidade linguística que se manifesta em função da voz e dos ouvidos (fala/audição), que facilita o processo comunicativo. Portanto, a língua oral é especificamente utilizada pelos sujeitos falantes e ouvintes, e procede pelo canal vocal e pelos ouvidos, sendo perceptível que no presente contexto nacional sua língua natural é a Língua Portuguesa. Diante disso, apresenta-se em

oposição entre Língua Portuguesa, concomitantemente, em termos de modalidade e campo de comunicação, a Língua de Sinais, ocupando o mesmo contexto nacional, cujo campo de apresentação são respectivamente as mãos e os olhos.

Corroborando o exposto, Cialdine (2012, p. 23) afirma que:

[...] a principal diferença entre a LP e a LIBRAS é o canal de comunicação. A LP é uma língua de natureza oral-auditiva, isto é, a comunicação se propaga pelo som, enquanto a comunicação em LIBRAS ocorre através da imagem, pois a LIBRAS é uma língua visual-espacial.

Desse modo, o sujeito ouvinte utiliza para realizar seu ato comunicativo um sistema linguístico consolidado no canal vocal e auditivo. Sendo assim, totalmente diferente dos indivíduos ouvintes, os Surdos dispõem de mecanismos diversificados para efetuar sua comunicação, concretizados no sistema visuo-espacial, ou seja, no qual o processo de comunicação é realizado através das mãos que originam o sinal, correspondendo um significante e os olhos compreendem a informação, sendo esta processada e atribuída um significado. Conforme Pereira (2011, p. 59):

[...] as línguas de sinais se distinguem das línguas orais porque se utilizam do canal visual-espacial, e não do oral-auditivo. Por esse motivo, são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou visual-especial), uma vez que a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida no espaço, pelas mãos, pelo movimento do corpo e pela expressão facial.

Neste sentido, as línguas naturais apresentam um caráter de dinamicidade em relação a sua construção e expressão, isto é, a língua natural pode ser manifestada tanto pela comunicação oral (voz), como também visuo-espacial. Portanto, pode-se enfatizar que a Língua Portuguesa e a LIBRAS apresentam estruturas próprias de formação, sendo diferentes em ambas as línguas a *modalidade*: enquanto uma língua é oral/auditiva a outra é visual/sinalizada.

Desse modo, apresentaremos como procede a formação dos itens lexicais (sinais e palavras), expondo as unidades fonológicas que compõem ambas as línguas, visto que ambas ocupam o mesmo território nacional (Brasil). Sendo assim, torna-se necessário conhecê-las estruturalmente e ratificar suas características predominantes enquanto línguas naturais.

Assim, na LIBRAS os sinais são produzidos pelas mãos e, neste sentido, o termo mais apropriado é Quirema, que são classificados em: Ponto de Articulação, Movimento, Orientação, Expressão Facial ou Traços Não Manuais e Configuração de Mão. Em relação aos quiremas da LIBRAS, Quadros & Karnopp (2004) os descrevem da seguinte forma:

- *Ponto de Articulação (PA)*

Este parâmetro estabelece o local onde o sinal é executado. Os sinais realizados neste quirema podem estar em um espaço neutro vertical ou tocar alguma parte do corpo do sinalizante.

- *Movimento (M)*

Esse quirema designa que para o sinal ser realizado é preciso passar por um movimento, sendo este executado pela (s) mão (s). Assim sendo, os sinais efetuados podem ocorrer em diversas direções. Podemos citar os movimentos: leves, tensos, curtos e dentre outros.

- *Orientação (O)*

Neste quirema, a mão do sinalizante na execução do sinal pode estar direcionada de várias formas como: para dentro e para fora, para cima e para baixo, como também para o lado.

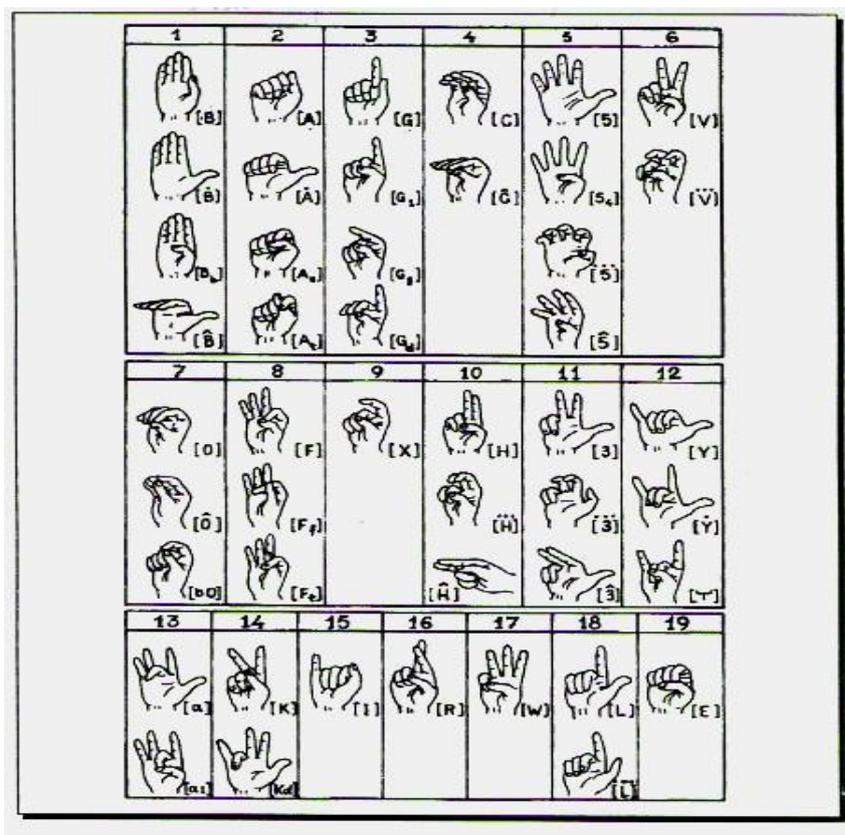
- *Expressão Facial (EF) ou Traços Não Manuais (TNM)*

Com relação a este quirema, podemos evidenciar que para a configuração de um sinal necessita de um traço diferenciador, sendo preciso a expressão facial. Como exemplo: os sinais “alegre” e “triste” dependem especificadamente desse tipo de parâmetro.

- *Configuração de Mão (CM)*

Em relação a esse parâmetro, compreende-se como formato que a mão ocupa durante a realização do sinal. Assim, na LIBRAS, a mão adquire padrões diferentes que determina a significação efetuada pelo surdo. Segundo Ferreira (1995) a LIBRAS apresenta 46 CMs. Vejamos o quadro abaixo.

Configurações de Mão da LIBRAS



Fonte: Ferreira (1995)

Assim, a combinação desses quiremas origina-se o sinal na língua visuo-espacial. Desse modo, a utilização da(s) mão(s) como forma de comunicação, significa combinar esses parâmetros para proceder à formação dos sinais.

Todavia, na Língua Portuguesa as palavras são criadas por meio de acréscimos na estrutura da palavra. Neste sentido, a partir da combinação de consoantes e vogais, é possível produzir inúmeras palavras, isto é, modificando-se apenas o posicionamento de uma única letra em uma palavra ocorre a produção de um novo item lexical. A exemplo, pode-se citar as palavras *bola* e *cola*. A mudança provocada pela alteração de uma letra (fonema) possibilita a formação de uma nova sentença que adquire outra significação. Portanto, a partir dessas unidades mínimas se pode criar uma diversidade de novas palavras. (RIBEIRO, 2005).

Por agora, nossa intenção é expor os tipos de processos de formação de sinais e palavras, por meio de uma análise comparativa das estruturas “morfológicas” que constituem os itens lexicais da LIBRAS e da Língua Portuguesa. Desse modo, na LIBRAS os sinais são formados através dos seguintes processos de formação que são: Modificação por adição à raiz, Modificação interna da raiz, Processo de derivação zero e Processo de composição.

Sendo assim, em relação aos processos de formação de sinais na LIBRAS, Felipe (2005) os expõem da seguinte maneira:

Modificação por adição à raiz - este tipo de processo incide por meio do acréscimo de afixos¹. A exemplo desse tipo de processo, podemos citar a incorporação da negação, visto que:

- Como **sufixo**, ocorre a junção da raiz em alguns verbos, ou seja, a raiz possuindo um movimento, na efetivação de um primeiro movimento, o finaliza com um movimento oposto, caracterizando desta maneira a incorporação negativa, como ocorre nos verbos GOSTAR/ GOSTAR-NÃO e QUERER/ QUERER-NÃO.
- Como **infixo**, advém da incorporação simultânea da raiz verbal, por meio da expressão corporal ou movimento respectivamente ao sinal, como nos verbos: PODER/ PODER-NÃO E TER/ TER-NÃO.

Modificação interna da raiz - em relação a este processo podemos esboçar que uma raiz pode ser alterada por três tipos de acréscimos que são:

- **Flexão** - que ocorre através da direcionalidade, ou seja, marca as pessoas no discurso, por meio da realização de movimentos semicirculares ou retilíneos, fazendo com que a raiz se inverta ou até mesmo adquira a forma de arco, para proceder a flexão da pessoa no discurso.
- **Aspecto verbal** -incide pelas mudanças de velocidade ou frequência de movimentos na raiz. Há exemplo mencionamos:



Fonte: Quadros & Karnopp (2004)

¹Os afixos são elementos mórficos que podem ser associado a um radical ou palavra, que se posicionam de modo inicial, medial ou final para a mudança de função, sentido ou acrescentar-lhe uma ideia. Sendo assim, os afixos servem para formar novos vocábulos, contribuindo significadamente para o enriquecimento do léxico da língua. Há exemplo de afixos citamos: Prefixos, infixos e sufixos. Disponível em: [http://www. Portal-Educação.com.br](http://www.Portal-Educação.com.br)

- **Marcador de concordância de gênero** - procede através das configurações de mãos, funcionando desta forma como classificadores, especificando o plano horizontal, vertical e etc. A exemplo de concordância de gênero citamos: pessoaANDAR, veículoANDAR, coisa-arredondadaCOLOCAR.

Processo de derivação zero - este tipo de processo ocorre através dos substantivos verbais e dependem concomitantemente do contexto linguístico para que se possa identificar a classe gramatical, ou seja, somente no contexto torna-se perceptível se estão sendo utilizados na função de nome ou verbo. Eis alguns exemplos desse tipo de processo: PORTA / ABRIR-PORTA; AVIÃO / IR-DE-AVIÃO; CADEIRA / SENTAR; BICICLETA / ANDAR-DE-BICICLETA ; etc.

Processo de composição - procede pela junção de duas ou mais raízes para a constituição de um outro sinal. Exemplos: MULHER^BEIJO-NA-MÃO “mãe”; CASAR^SEPARAR “divorciar”; CASA^ESTUDAR “escola”; etc. Ratificando o exposto, Campelo (2011, p. 83), afirma que: “[...] a composição se realiza através de uma regra básica: contato. O contato do primeiro sinal, do segundo sinal, e da possibilidade do terceiro sinal, que é mantido”.

Na LIBRAS, cada sinal é dotado de significação, pois para a criação de um novo item lexical muitas vezes é necessário a agregação a outro sinal, constituindo uma nova significação, distinguindo da Língua Portuguesa, pois alguns elementos mórficos apresentam significação independentemente de estarem ligados a outros ou não.

Nesta perspectiva, (KLIMA & BELLUGI, 1979, *apud* QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 87) afirmam que:

[...] as línguas de sinais diferem das línguas orais no tipo de processos combinatórios que frequentemente cria palavras morfológicamente complexas. Para as línguas orais, palavras complexas são muitas vezes formadas pela adição de um prefixo ou sufixo a uma raiz. Nas línguas de sinais, essas formas resultam frequentemente de processos não-concatenativos em que a raiz é enriquecida com vários movimentos e contornos no espaço de sinalização.

Assim, por exemplo, para o sinal ESCOLA utiliza-se do processo composicional de sinais: CASA+ESTUDAR= ESCOLA. Desse modo, é perceptível que a composição do sinal ocorre de forma simultânea. Sendo assim, pode-se compreender que cada língua desenvolve regras próprias de estruturação. Portanto, essa é uma característica comum a todas as línguas naturais.

Neste sentido, Strobel & Fernandes (1998, p.15) afirmam que:

A LIBRAS não pode ser estudada tendo como base a Língua Portuguesa, porque ela tem gramática diferenciada, independentemente da língua oral. A ordem dos sinais na construção de um enunciado obedece regras próprias que refletem a forma de o surdo processar suas ideias, com base em sua percepção visual-espacial da realidade.

A LIBRAS possui uma gramática própria e independente que se estrutura a partir de níveis sintáticos, semânticos e morfológicos com suas especificidades, portanto, não podemos estudá-la tendo como embasamento a Língua Portuguesa.

Neste sentido, faz-se necessário comparamos aos principais processos de formação de palavras na Língua Portuguesa, responsáveis pela produção de novas palavras que serão agregadas ao léxico da língua que são: A Derivação e a Composição. Corroborando esta asserção, Cunha (2008, p. 97) afirma que a formação de palavras é: “o conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais”.

A Derivação procede naturalmente ao formamos palavras a partir de outra, dita primitiva. No entanto, pode-se evidenciar que as palavras primitivas são os substantivos que não se originaram de outra palavra da Língua Portuguesa.

Segundo Bechara (2009, p. 357):

Derivação consiste em formar palavras de outras primitivas por meio de afixos. De modo geral, especialmente na língua literária e técnica, os derivados se formam de radicais de tipo latino em vez dos de tipo português quando este sofreu a evolução própria da história da língua.

Os tipos de derivação mais comuns são: A derivação prefixal e sufixal. O primeiro procedimento incide a partir do acréscimo de um prefixo na estrutura da palavra. Citamos: *infeliz*, *renascer* e *desligar*. Já o segundo processo se realiza por meio de sufixos. A exemplo desse tipo de processo mencionamos: *atualmente*, *florista* e *jogador*.

Por conseguinte, o processo da Composição procede da junção de dois termos para a constituição de uma nova palavra. Conforme Bechara (2009, p. 355):

A Composição consiste na criação de uma palavra nova de significado único e constante, sempre e somente por meio de dois radicais relacionados entre si. Isto impede que um dos elementos do composto seja ele mesmo já um composto, contado como um termo único, pelo princípio dos constituintes imediatos.

No que diz respeito, a composição os dois tipos predominantes são: por justaposição e por aglutinação. No primeiro tipo, as palavras ora são ligadas com hífen, ora sem hífen, não alterando a sua estrutura. Mencionamos neste processo: *cor-de-rosa* e *girrasol*. Enquanto no outro procedimento há a união dos vocábulos, ocorrendo a perda de alguns segmentos

sonoros, formando uma única palavra. Citamos a exemplo: *planalto* (*plano* + *alto*) e *aguardente* (*água* + *ardente*).

Ratificando o exposto, Cunha (2008, p. 119) expõe em relação a estes processos a seguinte asserção:

1. Quanto à forma, os elementos de uma palavra composta podem estar:
 - (a) simplesmente justapostos, conservando cada qual a sua integridade:
beija-flor bem-me-quer madrepérola
segunda-feira pé-de-meia tira-teima
 - (b) intimamente unidos, por se ter perdido a ideia da composição, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica:
aguardente (água + ardente) pernalta (perna + alta)
embora (em + boa + hora) viandante (via + andante)

Nesta perspectiva, Carone (1986, p. 37) afirma que:

[...] justaposição e aglutinação não são duas formas diferentes de composição, mas dois estágios de um mesmo processo. Um composto pode formar-se já aglutinado, como é o caso de vogal átona final suprimida diante da vogal inicial de outra palavra: plan(o)alto, agu(a)ardente. Nem sempre, porém. Ainda assim hesita entre as formas hidroelétrico e hidrelétrico, ambas dicionarizadas.

Conforme esta afirmação torna-se perceptível que este processo parte da incorporação de uma palavra a outra. No entanto, Carone (1986) explica que na Língua Portuguesa existem outros processos de formação de palavras, entretanto, esses recursos possuem um baixo índice de produção, como a redução e onomatopéias.

Ao mostrar os processos de formação de sinais e palavras na LIBRAS e na Língua Portuguesa, percebemos alguns aspectos que convergem e divergem em relação a essas línguas. Sendo assim, expôs-se uma comparação entre ambas as línguas naturais, buscando esclarecer essas peculiaridades que ora se assemelham e ora diferem entre as mesmas.

Notadamente, um dos aspectos convergentes que é possível identificar nas duas línguas está relacionado ao modo como ocorre o processo de formação de sinais e palavras, nas respectivas línguas analisadas (LIBRAS/ Língua Portuguesa), visto que, procede através dos morfemas, sendo comuns a todas as línguas naturais. Sendo assim, percebe-se um aspecto semelhante, pois esta característica apresenta-se em ambas as línguas da mesma forma, no sentido de partir de unidades menores, ou seja, ocorre por meio das unidades mórficas, pelo qual as unidades mínimas se unem formando os sinais e os itens lexicais.

Ainda, percebe-se que a partir de acréscimos na estrutura da raiz originam-se e se tem novas palavras. Desse modo, vale ratificar a exemplo “feliz”, ou seja, a partir desse item lexical se formam as palavras **infeliz** e **felicidade**. Diante deste exemplo mencionado, a

palavra feliz é considerado um morfema livre, pois não necessita de outros morfemas para expressar um sentido ou significação. De igual modo, a LIBRAS segue o mesmo princípio composicional, isto é, os sinais se formam a partir de estruturas livres.

Além disso, a partir dessas unidades lexicais é possível construir enunciados com maior grau de complexidade, tendo em vista que o indivíduo a partir do léxico da língua pode criar sentenças constituídas de inúmeros significados. Desse modo, a partir dos sinais são construídos enunciados maiores.

Por conseguinte, os aspectos divergentes que percebemos entre as duas línguas que identificamos, diz respeito ao Processo de Composição. Na LIBRAS, o processo de formação de sinais ocorre pela agregação de um sinal a outro sinal, enquanto que na Língua Portuguesa o processo de formação de palavras passa por diversos níveis de composição, partindo de formas livres, que podem ser ligadas a outras unidades atribuindo-lhes novas significações, isto é, na Língua Portuguesa as palavras são formadas por constantes processos de formação, pelos quais a reestruturação das palavras procede de unidades básicas que constituem as raízes dos itens lexicais.

Portanto, diante do exposto torna-se evidente que cada língua desenvolve regras próprias de estruturação e este aspecto é perceptível diante a comparação realizada entre as composições morfológicas que constituem a LIBRAS e a Língua Portuguesa, contribuindo significativamente para criação de novas palavras que serão incorporadas ao léxico da língua. No entanto, comparar duas línguas naturais não significa menosprezar uma e valorizar a outra, mas compará-las com a finalidade de reconhecer suas estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar comparativamente os processos de formação de palavras e sinais na Língua Portuguesa e na LIBRAS. Assim, inicialmente abordou-se questões relacionadas à Filologia, e compreendeu-se que o termo passou por definições diversificadas sobre seu objeto de estudo: a língua. Além disso, expôs-se as tarefas que constituem o trabalho do filólogo, visto que sua área de atuação designa o estudo do processo de evolução das línguas.

A partir dessa área do conhecimento, pode-se corroborar os aspectos característicos das línguas naturais. Desse modo, a partir das definições de língua e linguagem, fora possível perceber que as duas línguas analisadas partilham de alguns aspectos como a versatilidade, criatividade, arbitrariedade e outras peculiaridades identificadas através da pesquisa. Essas características são comuns entre elas, visto que se trata de línguas naturais, sendo diferente entre ambas principalmente o campo de manifestação, pois enquanto a LIBRAS é visuo/espacial a Língua Portuguesa é oral/auditiva.

Além disso, a partir de um breve panorama histórico referente à Língua de Sinais, percebeu-se que inicialmente a legalização de Língua de Sinais passou por vários empecilhos, dentre os quais podemos destacar o preconceito social sofrido pelos indivíduos surdos, tendo em vista que, sob a ótica ouvinte, esses sujeitos que tinham um canal de comunicação que não era compreensível eram vistos como seres incapazes de exercer o papel de cidadãos perante a sociedade e, por conseguinte, a surdez neste contexto histórico era considerada uma anormalidade.

Neste sentido, o pensamento de deficiência embasado pelos indivíduos ouvintes, perdurou por séculos, ratificando, assim, a discriminação e o desprezo da sociedade para a inserção desses sujeitos por apresentarem um desvio da “normalidade”. No que se refere ao caráter comunicativo, os surdos eram considerados pessoas inaptas para aprenderem, tendo em vista que a fala neste período representava a expressão do pensamento.

Entretanto, somente com o desenvolvimento de metodologias educacionais que primam para a educação dos surdos, esse pensamento de deficiência transformou-se em mecanismos positivos direcionados ao processo educativo dos indivíduos surdos. Neste contexto, pode-se evidenciar o intermédio da igreja, que nesse período deteve total influência na educação voltada especificadamente para os surdos. Sendo assim, a igreja era a principal representante pelos primeiros passos referentes ao futuro educacional que atendesse a necessidade comunicativa dos surdos.

Ainda, fora possível perceber também que com a criação dos Sinais Metódicos, pelo abade e pesquisador L'Epeé, possibilitou-se ao surdo uma nova oportunidade de comunicação e interação. Diante disso, é perceptível que a criação desse método marca o desenvolvimento linguístico das Línguas de Sinais.

Além disso, com a presente pesquisa pode-se evidenciar que os modelos educacionais desenvolvidos na Europa foram os mesmos que se fizeram presentes a nível nacional (Brasil). No entanto, no Brasil, diferentemente, a história da Língua de Sinais segue um caminho adverso, visto que a comunidade surda lutou pelos seus direitos para a obtenção de uma língua que atendesse aos padrões característicos de seus usuários.

Diante disso, a LIBRAS fora oficialmente legalizada e reconhecida e, assim, com a legitimação da LIBRAS, os surdos passaram a dispor de sua própria língua materna e deixam de serem sujeitos discriminados e tidos inaptos pela sociedade ouvinte por não possuírem um sistema linguístico, passando a serem “Surdos”, indivíduos que usam uma língua baseada nos sinais, seguindo os mesmos critérios linguísticos que as outras línguas naturais.

Em relação ao Estruturalismo e à Morfologia, percebeu-se o entrelaçamento, visto que ambas as áreas realizam a investigação da língua: a vertente Estruturalista estuda a língua a partir de um sistema, em que suas unidades são regidas por regras, enquanto a Morfologia busca analisar como incide a estrutura das palavras e a sua classificação. Além disso, o aparecimento de novas línguas e as modificações ocorridas ao longo do tempo contribuíram positivamente para a realização de novos estudos dentro desses campos linguísticos.

Por conseguinte, a partir da análise comparativa das estruturas morfológicas que compõem ambas as línguas, fora possível perceber que a LIBRAS apresenta processos de formação de sinais semelhantes aos da Língua Portuguesa, ou seja, assemelha-se no mesmo sentido de partir de unidades mínimas de significação (morfemas), sendo divergente o aspecto sonoro, tendo em vista que a LIBRAS não se dispõe de unidades sonoras, pois o léxico dessa língua é realizado principalmente pelas mãos, por conseguinte, o termo mais adequado é Quirema.

Além disso, identificou-se que a Língua Portuguesa passa por vários níveis composicionais, ou seja, a formação de palavras ocorre por formas livres, que podem proceder a partir do acréscimo de outras unidades, concedendo-lhe um novo significado, enquanto na LIBRAS os processos de formação de sinais incidem principalmente através da composição, ou seja, pela junção de um sinal a outro.

Portanto, uma pesquisa direcionada à temática de conhecer as estruturas morfológicas que constituem ambas as línguas naturais, e ainda analisar comparativamente a

estruturção morfológica da Língua de Sinais e a Língua Portuguesa possibilitou aprofundar a produção científica nesta área da linguística. Portanto, o presente trabalho apresentou apenas uma das inúmeras fontes de pesquisa que envolvem o estudo de uma língua que representa para a sua comunidade linguística uma história de luta, evidenciando a grande importância da Língua de Sinais para as pessoas “Surdas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: O que é, Como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BATISTA, A. Q. D. **O desenvolvimento da LIBRAS como língua natural e suas possíveis relações com a Língua Portuguesa.** Monografia (Graduação em Letras) Universidade Estadual da Paraíba, Catolé do Rocha: UEPB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CINTRA, Geraldo de Ulhôa. **O conceito perene de filologia.** Tese apresentada no Concurso de Filologia Portuguesa, Universidade de São Paulo, 1939.

CÂMARA, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa.** 8. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1978.

COELHO, Olga. Serafim da Silva Neto e a filologia brasileira: **Um ensaio historio gráfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 1998.

CIALDINE, Edmar. **A história da educação (lingüística) dos surdos.** Língua Portuguesa, Conhecimento prático. nº 31, 2012.

_____. **Entre mãos e línguas.** Língua Portuguesa, Conhecimento prático, nº 21, 2012.

CARONE, F. B. **Morfossintaxe.** São Paulo: Ática, 1986.

CUNHA, C. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CAMPELO, Ana Regina e Souza. **Língua Brasileira de Sinais.** Indaial: UNIASSELVI, 2011.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, T. A. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Rio de Janeiro, Acessibilidade Brasil - CORDE. Versão 2.0, 2005.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFIELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 3. ed. São Paulo: Plexus, 2010.

KEHDI, Valter. **Morfemas do Português**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Sobre desencontros e reencontros: filologia e lingüística no Brasil no século XX**. Boletim III do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira. São Paulo: Humanistas, p. 17-36. (Texto proferido em Mesa Redonda durante o XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 2-6 de junho de 1996).

MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PINTO, Edith Pimentel (sel./apres.). Introdução ao seu: **O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2:1920/1945: fontes para a teoria e a história**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Edusp, 1981.

PEREIRA, M. C. C. (org.). **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karen. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Dissertação de mestrado em fase de elaboração na área de educação GES/ UFSC, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de & KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC, 2004.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **A Linguística na Universidade de Brasília antes de 1964**. **Boletim da ABRALIN**, 9 ed , p. 57-61, 1988.

RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho. **Nas trilhas do sentido: as estruturas nominais em mente numa perspectiva semântico discursiva**. João Pessoa: Idéia, 2005.

ROSA, Maria. Carlota. **Introdução à morfologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1998.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Autores Associados, 1999.

STROBEL, K. L. & FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de filologia portuguesa – segundo as preleções feitas aos cursos de 1912/13**. Lisboa: Edição da Revista de Portugal – série A: Língua Portuguesa, 1964.